

ALADI/CR/Ata 717
(Extraordinária)
10 de novembro de 1999
Hora: 12h 10m às 12h 50m

ORDEM DO DIA

- Despedida do Comitê de Representantes ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Manuel José Cárdenas, Representante Permanente da Colômbia.

Preside:

JOSÉ SERRANO HERRERA

Assistem: Carlos Onis Vigil, Noemí Gómez, Elizabeth Wimpfheimer e Julia Adriana Pan (Argentina), Mario Lea Plaza Torri e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros e Afonso José Sena Cardoso (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia, Flavio Tarsetti Quezada e Alejandro Marisio (Chile), Manuel José Cárdenas e Fabio Emel Pedraza (Colômbia), Miguel Martínez e Fidel Ortega Pérez (Cuba), José Rafael Serrano Herrera, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Julio Lampell, Arturo Juárez, Juan Antonio Nevárez e Alberto Rodríguez (México), Efraín Darío Centurión, Gloria Amarilla Acosta e Luis Alfonso Copari (Paraguai), José Eduardo Chávarri, Agustín de Madalengoitia e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Jorge Tálce, Carlos A. Zaballos, José Roberto Muinelos e Elizabeth Moretti (Uruguai), Ruben Pacheco e Yaritza Barbosa (Venezuela) e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso..

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

PRESIDENTE. Está aberta a 717ª sessão, Extraordinária, do Comitê de Representantes para despedir o Excelentíssimo Senhor Embaixador Manuel José Cárdenas, Representante Permanente da Colômbia.

Senhores, Senhor Embaixador Manuel José Cárdenas, querido e respeitado amigo, faz um ano, tive a honra de ser recebido nesta sala como Embaixador, Representante de meu país, quando Manuel José era Presidente do Comitê. Agora, por essas coincidências do destino, lamentavelmente me cabe despedi-lo, mas gostaria de que sua permanência fosse mais longa e frutífera, como foi até o presente.

Todos, indiscutivelmente, reconhecemos a contribuição prestada por Manuel José a este Comitê, desde sua chegada, em julho de 1997, sua participação direta nos diferentes grupos de trabalho, sua participação como Vice-Presidente e Presidente deste Comitê.

No caso particular dos países-membros da Comunidade Andina, quando correspondeu a Colômbia a Presidência Pró Témprore da Comunidade Andina, Manuel José foi um brilhante Coordenador e evidenciou, em uma cerimônia especial celebrada aqui, o pensamento, os avanços e as perspectivas da Comunidade.

Gostaria também de destacar a amizade que ele nos demonstrou e, em meu caso particular, porque de uma ou de outra maneira coincidimos em funções dedicadas à integração e nas quais pudemos concordar e dar contribuições –modestamente em meu caso- para a obtenção de objetivos comuns, como a integração andina e a integração latino-americana.

Manuel José deixa marcada aqui sua passagem. Ele será sempre lembrado e reconhecido, mas preferiria que não nos abandonasse. Sei que irá para suas atividades de investigação, para seu trabalho de professor universitário, e continuará nela com a dedicação e inteligência que o caracterizam. As iniciativas impulsadas neste Comitê, creio que não devem ficar interrompidas, pelo contrário devem ser aprofundadas, como aquela da elaboração de um “livro branco” da vida da Associação. Essa idéia, junto a outras, foi orientadora para as funções deste Comitê.

Manuel José, aqui serão sempre muito bem recebidas suas idéias, suas iniciativas e, principalmente, as notícias de que você e e que sua família gozam do melhor bem-estar. Adeus e muito obrigado.

Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Corresponde a todos nós despedir um muito bom amigo desta Casa e um muito bom amigo pessoal, como Manuel José Cárdenas. Hoje é um dia de despedidas, este dia 10 de novembro, dia um tanto triste para todos nós.

Manuel José é um homem que demonstrou uma grande qualidade humana, que possui uma grande trajetória neste mundo da integração econômica e do comércio exterior em geral. Assim demonstram diversos cargos que ocupou em seu país. Mas não apenas isso: eu destaco em particular aquele, quando foi membro da outrora Junta do Acordo de Cartagena, onde realizou um extraordinário trabalho, onde compartilhou -se não me equivoco- com nosso atual Presidente do Comitê e com vários amigos venezuelanos, de um em especial parte de sua gestão, que logo se viu modificada quando voltou à Colômbia como Vice-Ministro de Desenvolvimento Econômico.

Manuel José demonstrou-nos estes dois anos e meio, nos quais tivemos a sorte de compartilhar com ele experiências, conhecimentos, às vezes, mesmo discussões, diferenças, mas no melhor âmbito e tom possíveis, que verdadeiramente é um dos arquitetos da integração da América Latina e também se converteu em uma consciência crítica para o Comitê de Representantes e para a Secretaria-Geral.

Não é segredo para ninguém que vários na Secretaria, às vezes, dizemos com certo fatalismo: “Esse documento, que ninguém lerá!” Não é assim! Cárdenas sim o lerá, e com toda certeza e sabemos que hoje outros que também os lêem –e já os mencionaremos em seu devido momento- mas no caso particular do Embaixador Cárdenas, sua permanência como consciência crítica do Comitê de Representantes é inegável, porque se nos colocássemos no lugar de um Representante que por algum motivo não pôde analisar um documento, Cárdenas sempre está para comentá-lo e fazer apreciações conceituais sobre o mesmo, fazendo-nos também sentir obrigados à investigação e ao conhecimento permanente e atualizado.

Converteu-se também no Comitê na “dobradiça” com o Grupo Andino, como disse recentemente nosso querido Presidente. Manuel José, permanentemente evidenciou sua militância dentro da Comunidade Andina, seu grande compromisso com o processo sub-regional, sem prejuízo do compromisso em nível regional. De seu trabalho no Comitê não posso deixar de mencionar uma lembrança muito especial que tenho –obviamente, do ponto de vista pessoal- que fui eleito Secretário-Geral durante o mandato do Embaixador Cárdenas como Presidente do Comitê de Representantes e, do mesmo, modo meus colegas, os Secretários-Gerais Adjuntos.

Para nós, Embaixador, suas contribuições foram muito importantes, muito construtivas; acima de tudo, foram muito respeitosas de nossas opiniões que, como Secretaria, podíamos expressar, ou mesmo dos conceitos que podíamos ter, e esta qualidade profissional, suas qualidades humanas e, adicionalmente, sua dedicação nos obrigarão como Secretaria a pensar a curto prazo em seu nome, principalmente se é que podemos tornar realidade –como tudo parece indicar- a elaboração do “white book” que nos propôs aqui certa vez e que consideramos que pode ser uma obra muito importante, com o que esperamos contar com sua contribuição em um futuro imediato, propostas que certamente reiterou no momento em que nos tocou trabalhar também com ele na organização do seminário para a difusão do mecanismo da Comunidade Andina aqui em nossa sede.

Manuel José, regressa agora à Colômbia, um país, para mim pessoalmente, muito próximo a meus afetos. Vivi dois anos nesse país, tenho uma profunda e grata lembrança, uma de minhas filhas tem a gloriosa nacionalidade colombiana e ainda conservo muitos afetos nesse país e espero algum dia poder voltar para comparti-los não somente com você, senão com muitos amigos comuns.

De modo particular, quero fazer menção ao tema mais importante e mais caro a seu país, que é também o nosso, referente à paz; pedimos todos os dias ao Senhor que volte a reinar a paz nesse país.

Senhor Presidente, Senhor Embaixador da Colômbia, este é o testemunho de agradecimento, de desejos de êxitos e sorte que queria expressar e acrescentar, como venezuelano, que me sinto muito satisfeito de ter podido compartilhar estes dois anos e meio com Vossa Excelência aqui em Montevideú. Muito obrigado.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Dizia nas palavras que pronunciei em 30 de julho de 1997, ao incorporar-me como Representante Permanente da

Colômbia a este Comitê, que a ALADI, pela primeira vez em sua história, tinha uma série de desafios que não teve que enfrentar no passado e que se relacionava com sua própria sobrevivência. Assim, enquanto em 1980 se fez de forma tranquila a passagem da ALALC para a ALADI, e de um modelo fechado de integração sub-regional para um modelo aberto e flexível, que previa ações regionais e parciais, os desafios que tinha a Associação em 1997 e, em maior proporção, os que hoje tem, ao aproximar-se o novo milênio, estão relacionados com a identidade deste esquema de integração, tal como se concebeu até o presente, e dos instrumentos para levá-lo à prática. Farei referência separadamente a eles.

Precisamente em julho de 1997 se acabava de aprovar a Declaração de Belo Horizonte, que, ao ratificar o acordado pelos Presidentes na Cúpula das Américas, mudava o rumo da integração latino-americana para chegar a uma integração hemisférica no ano 2005 e assinalava que somente subsistiriam na região aqueles processos de integração que fossem mais avançados aos compromissos que finalmente se pactuassem dentro da ALCA.

Considerando esta situação, o Conselho de Ministros da ALADI, na Declaração que aprovou em 6 de novembro de 1998, considerou que o Tratado de Montevideú, dada sua amplitude e flexibilidade, constituía um instrumento válido para seguir adiantando a integração regional e não exigia pelo momento mudanças institucionais, já que permitia avançar de forma gradual e em diferentes ritmos. Neste sentido aprovou um conjunto de diretrizes para potencializar o trabalho da Associação em uma etapa de transição e para preservar os avanços realizados até o presente, já que considerou que constituem elementos essenciais para levar em conta nas negociações internacionais e a melhor armadura para fazer frente à crise financeira internacional.

Essas diretrizes podem agrupar-se, como comentei, ao entregar em 28 de janeiro do presente ano a Presidência do Comitê, em três grandes campos de ação:

Em primeiro lugar, partindo da base de que nos próximos anos os acordos sub-regionais e parciais serão o motor do aprofundamento do processo de integração regional, o Conselho de Ministros deu um mandato à ALADI para que contribua a ampliar e aprofundar os acordos existentes através de ações de apoio e acompanhamento. A Associação deve também acompanhar as negociações realizadas pelos países-membros com terceiros.

Em segundo lugar, deve estimular a articulação e convergência dos acordos subscritos no âmbito do Tratado de Montevideú 1980 e a adoção de um âmbito normativo comum, de conformidade com as prioridades estabelecidas pelos países-membros, levando em conta suas possibilidades, a necessidade de não duplicar esforços e a madureza dos fatos integradores.

Em terceiro lugar, a ALADI deve fortalecer seus serviços de cooperação e assistência técnica para promover ações que busquem a integração entre os países-membros além dos aspectos comerciais, e melhorem a participação empresarial no processo de integração. Para isso é fundamental desenvolver um sistema integral de informação que conte com meios modernos de comunicação e de acesso fácil para os usuários.

Estas diretrizes podem, portanto, resumir-se dizendo que os acordos sub-regionais e parciais devem ser o motor da integração regional, que a articulação e convergência e a adoção de um âmbito normativo comum somente se deve adiantar, prévia consulta com os países-membros, e que devem privilegiar-se as ações de cooperação técnica e de informação.

Estas diretrizes devem ser levadas à prática através dos programas de atividades anuais aprovados pelo Comitê de Representantes. Por isso, sua preparação, aprovação e acompanhamento não é uma questão de pouca importância. Constituem a espinha dorsal dos trabalhos realizados pelo Comitê de Representantes e pela Secretaria. Esta última necessita anualmente um mandato claro, preciso e realista para realizar suas atividades. A existência de lacunas e imprecisões em sua elaboração e execução somente criará incerteza e falta de orientação, o que se traduzirá na perda dos recursos técnicos, administrativos e financeiros com que conta a Associação.

A ALADI deve acompanhar cuidadosamente a evolução das negociações da ALCA. Se bem é certo que na Declaração de Toronto, aprovada sexta-feira passada pelos 34 Ministros responsáveis pelo comércio no Hemisfério, ratificou-se seu apoio a um processo de integração econômica mais amplo e profundo em nosso hemisfério, onde têm lugar os compromissos sub-regionais e bilaterais, não se avançou muito, como era de prever-se, quanto à definição das relações que existirão entre estes processos. O que sim ficou claro, ao expressar os Ministros sua vontade de adiantar simultaneamente as negociações da ALCA e da OMC, e reconhecendo que elas estão vinculadas, foi a afirmação de que as negociações da ALCA têm uma meta diferente, que é a criação de uma zona de livre comércio e não se limitam à simples liberação do comércio, como se pretende na OMC.

A maneira como vai sendo estruturada essa zona de livre comércio hemisférica irá dando a pauta sobre qual será sua relação com os processos regionais e sub-regionais que operam na América Latina. Neste sentido é importante acompanhar de perto as instruções dadas pelos Ministros aos grupos de negociação para que preparem uma minuta de texto de seus respectivos capítulos, levando em conta os progressos alcançados. Se bem é certo que estas minutas devem ser consideradas como base de referência para facilitar seu trabalho e não como esquemas definitivos ou exclusivos de um acordo, permitirão ver o tipo e os alcances da zona de livre comércio hemisférica que está sendo desenhada, e conhecer qual será o lugar que ocuparão a ALADI e os acordos sub-regionais e bilaterais. Esta análise lhe permitirá apresentar sua própria visão sobre o tema.

A principal dificuldade com que se enfrentam as políticas globais é que parecem muito distantes das realidades nacionais ou demasiado seletivas ou carentes de meios. Por isso é necessário implementá-las a escala regional. A realidade é que cada um procura construir as formas de integração que lhe sejam próprias. Haverá que ver, então, em que terminam os esforços de integração hemisférica, sem esquecer que são diferentes os níveis de integração dos diferentes processos e que devem continuar avançando a seu próprio ritmo. Não obstante, fica claro que se se quer assumir nos processos de integração uma dimensão social e humana, eles não devem reduzir-se a simples zonas de livre comércio. Esta é uma afirmação válida para os processos de integração que estão em andamento na região, e este é o caminho que adotou a Comunidade Andina.

Dizia, nas palavras que pronunciei na sessão especial e extraordinária que realizou este Comitê em 19 de maio deste ano, para celebrar o XXX Aniversário da subscrição do Acordo de Cartagena, que deu origem à Comunidade Andina, que o final do século coincide com o final de uma época. Está sendo deixada de lado a economia industrial, para dar lugar à economia digital, baseada na informação e no conhecimento. Este é o outro grande desafio que tem a ALADI e que, sem dúvida, tem muita mais transcendência que o desafio que lhe representa o processo de integração hemisférica e a Rodada do Milênio. Na realidade,, é um desafio para todos os processos de integração. Trata-se da primeira transformação fundamental sobre a forma como se realizam os negócios há mais de um século. Os mercados estão tornando-se eletrônicos. Dentro desta nova realidade, a integração tradicional, baseada na integração física e na manipulação dos bens, serviços e

capitais, terá necessária e inevitavelmente uma nova dimensão econômica, comercial, jurídica, empresarial e laboral.

A ALADI não pode ficar de costas para estas transformações. Por isso tenho que festejar como um primeiro passo nesta direção o próximo lançamento da página WEB na Internet da Associação. Ela lhe permitirá, à velocidade da luz, ter uma presença permanente nos países-membros e chegar diretamente ao setor privado e à opinião pública dos mesmos.

Senhor Presidente, desde que preparei minha tese de graduação sobre a ALALC e a Organização Político-Econômica da Comunidade Internacional, acompanhei muito de perto o processo de integração da região. Algumas vezes como ator, outras, como espectador; umas no setor público, outras no setor privado. Estive sempre convencido de que a integração constitui o destino comum de nossos povos e a melhor forma para superar nossos problemas de crescimento e atraso. Nesta nova etapa, regresso ao setor privado para trabalhar nos mesmos ideais, certo de que, se bem avançamos, ainda há muito por ser feito. Meu propósito é contribuir para explorar novos caminhos para que a região, ao ingressar no Século XXI, possa avançar simultaneamente no crescimento econômico com mudança social e incorporar-se dinamicamente à nova economia, baseada em conhecimentos.

Senhor Presidente, quero manifestar-lhe, como também aos Senhores Representantes dos países-membros no Comitê, aos Observadores, ao Secretário-Geral, aos Secretários Adjuntos, a todos os funcionários da Secretaria e das Representações, meus agradecimentos pelo apoio recebido. Nestes anos tive a oportunidade de renovar velhas amizades e fazer outras novas, havendo todas elas enriquecido a visão que tenho de que trabalhamos por um destino comum.

Expresso esses agradecimentos, especialmente aos funcionários de minha Representação, Enrique Pinzón e Fabio Emel Pedraza.

Resta-me apenas, Senhor Presidente, formular os melhores votos para que a ALADI, como expressão de um esforço conjunto de integração dos países latino-americanos, saiba renovar-se para que possa responder oportunamente às novas realidades de um mundo cambiante e em permanente transformação. A Associação deve ter a vista posta no horizonte e pôr seus meios a serviço da prevenção do futuro para ser cada vez mais útil.
